

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Lei de Acesso à Informação

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou uma proposta que altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) para permitir que o pedido seja realizado de forma anônima.

Pessoas identificadas

Atualmente a lei só permite pedido de pessoa identificada. Criada em 2011, a chamada LAI procura garantir ao cidadão o acesso a informações e dados dos entes federativos nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

Evitar constrangimento

O relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL, foto), afirmou que ainda há áreas da legislação que precisam ser melhoradas. “Uma dessas áreas é a implementação de medidas para proteger os solicitantes ao permitir que o requerente permaneça anônimo. O projeto visa proteger aqueles que receiam sofrer constrangimento ou retaliação por exercer um direito fundamental garantido pela Constituição e por lei”, disse.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC



Facilita a comunicação

O parlamentar ressaltou, no entanto, que “a identificação é preferível e pode ser benéfica para todas as partes, pois facilita a comunicação para obter esclarecimentos adicionais necessários ao atendimento do pedido”. Segue para avaliação dos senadores a proposta que permite que o pedido de informação, a partir da LAI, seja realizado de forma anônima.

Socorro ao setor cultural

A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) propôs a criação de um auxílio emergencial à classe artística do Rio Grande do Sul. A parlamentar argumenta que, “durante a pandemia de Covid-19, ficou nítido que o setor cultural foi o primeiro a ser afetado, e o último a retomar suas atividades. As enchentes colocaram, de novo, milhares de artistas em situação de vulnerabilidade”. Por este motivo, a parlamentar protocolou um projeto de lei que institui um auxílio emergencial para os micro ou pequenos empreendedores da área de cultura do Estado.

Trabalhadores da cultura

A proposta é que até dezembro de 2024 seja pago um valor de até R\$ 10 mil em duas parcelas aos trabalhadores da cultura. Além de artistas e técnicos estarem impossibilitados de trabalhar, espaços culturais, desde os comunitários até os que são referência para a arte e o turismo do Estado, foram inundados e ficarão fechados por tempo indeterminado. O projeto tem apoio da bancada da federação PSOL-Rede.

Blá, blá, blá difícil de explicar

O Ministério da Previdência Social esclarece aos segurados que uma falha nos sistemas da Dataprev fez com que laudos médicos periciais fossem emitidos com os dizeres “blá, blá, blá”, no campo das “considerações”, que é preenchido com as justificativas do Perito Médico Federal sobre a capacidade ou incapacidade laborativa do segurado. A OAB pediu explicações. Difícil de explicar.

Plenário aprova plano e fundo para reconstrução do Estado

Propostas centralizam recursos a serem utilizados na recuperação do RS



CELSON BENDER/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Em sessão plenária da Assembleia realizada ontem, de forma virtual, projeto foi aprovado por 52 votos a 2

/ CLIMA

Em sessão virtual, a Assembleia Legislativa aprovou, por 52 votos favoráveis e 2 contrários, o projeto do Executivo que institui o Plano Rio Grande. Ao todo, três emendas foram apresentadas ao projeto. Uma foi de autoria da deputada Luciana Genro (PSOL), tornando o fundo permanente e criando uma política de Estado, além instituir o princípio do poluidor-pagador, dando incentivos ao desenvolvimento sustentável.

As outras duas eram do líder do governo, deputado Frederico Antunes (PP), sendo que uma foi retirada e a outra alterou três artigos, a fim de suprimir a participação do Parlamento no conselho do Funrigs e a realização de auditoria independente no fundo. Apenas essa emenda foi aprovada.

Antunes disse que o projeto apresentado pelo governo foi inspirado no proposto pela bancada do PT. A deputada Sofia Cavedon (PT) avaliou como importante a criação

de um fundo e de um conselho para auxiliar na reconstrução do RS, mas lamentou o conselho não ter caráter deliberativo.

Matheus Gomes explicou que a emenda apresentada pelo PSOL versa sobre o caráter do fundo, que na avaliação do partido deveria ser permanente, e não apenas para os anos de 2023 e 2024, já que os eventos climáticos extremos serão mais frequentes.

Conforme a proposição, o objetivo do plano é planejar, coordenar e executar as ações necessárias ao enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos ocorridos no território do Estado nos anos de 2023 e 2024.

Para isso, será criado um fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil para segregar, centralizar e angariar recursos para o planejamento, a formulação, a coordenação e a execução de ações, projetos ou programas voltados para a implantação ou o incremento da resiliên-

cia climática e para o enfrentamento das consequências decorrentes dos eventos climáticos ocorridos nesses dois anos.

As fontes de receita do fundo serão: aportes mensais do Tesouro do Estado, em especial a partir dos recursos decorrentes da suspensão do pagamento e renegociação da dívida gaúcha com a União; emendas parlamentares do Congresso Nacional, subsídios e outras subvenções da União; recursos oriundos do Programa de Reforma do Estado disponíveis no Fundo de Reforma do Estado, entre outras verbas oriundas da arrecadação estadual.

O fundo contará com um gestor e um conselho, com competências consultivas e de fiscalização, todos designados pelo governador, que deverá assumir papel central nesse conselho. O texto permite que recursos do Funrigs possam ser repassados a outros fundos estaduais ou municipais e a órgãos e entidades do Estado, o que permitiria mais agilidade e menos burocracia, diz o texto.

Câmara aprova reajuste para servidores públicos

/ FUNCIONALISMO

A Câmara dos Deputados aprovou há pouco o Projeto de Lei 1213/24, do Poder Executivo, que reajusta salários de várias categorias, prevendo reajustes diferentes

incorporados ao texto após negociações nas mesas coordenadas pelo Ministério de Gestão, beneficiando principalmente as carreiras de segurança pública.

De acordo com o substitutivo do deputado Delegado Marcelo

Freitas (União-MG), os principais acordos incluídos são para a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal, com aumentos de 2024 a 2026. Os maiores reajustes serão para o policial penal, que chega a 77,15% no fim de carreira.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323